

REVISITANDO O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE A PARTIR DE SUA TESE, EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA

Maria Aldecy Rodrigues de Lima ¹

RESUMO

Este ensaio bibliográfico tem por objetivo refletir sobre a atualidade do pensamento do Patrono da Educação brasileira a partir de sua tese escrita para o concurso da Escola de Belas Artes de Pernambuco na década de 1950. Freire (2003) revela-se extremamente atual no século XXI. Seus argumentos sobre a educação libertadora destacam as condições sociais do país, à época e ressaltam a importância da experiência democrática, fundamentada no diálogo entre diferentes setores da sociedade. Para Freire, a democracia não se constrói isoladamente, mas na interação entre trabalhadores, escolas, sindicatos, empresas, associações comunitárias e diversos espaços de participação social. Segundo o autor, a educação tem um papel fundamental na superação da "inexperiência democrática", permitindo que as classes populares adquiram conhecimento, compreendam sua realidade e exerçam plenamente seus direitos. Freire defende um modelo educacional que vá além da simples transmissão de conteúdo, promovendo a participação social e incentivando a transição da consciência ingênua para a consciência crítica. O acesso à educação escolar de qualidade é essencial para garantir a inclusão social e fortalecer a democracia. Quando a população participa ativamente das decisões políticas e sociais, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, Freire reafirma que a educação libertadora é um caminho essencial para transformar a realidade e consolidar a verdadeira cidadania. Nesse processo, a escuta torna-se um elemento essencial para a construção do diálogo, pois possibilita uma comunicação autêntica e transformadora. Para Freire, o diálogo não se limita à troca de palavras, mas representa um ato ativo de compreensão e respeito mútuo, destacando a escuta como elemento chave do diálogo, pois, a comunicação autêntica e transformadora, baseia-se na compreensão e no respeito mútuo. Somente através dessa abertura ao outro é possível estabelecer um diálogo verdadeiro e evitar uma comunicação monológica, que limita a capacidade de transformação social.

Palavras-chave: PAULO FREIRE, ESCUTA, DIÁLOGO, ENSINO, INCLUSÃO SOCIAL.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a atualidade do pensamento de Paulo Reglus Neves Freire revela a perenidade de um projeto educacional comprometido com a emancipação humana, a justiça social e a construção do exercício democrático na vida das pessoas. Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira² permanece como referência quando se pensa a educação como prática de liberdade. Desde a década de 1950, quando apresentou a tese³ “de

¹ Graduação em Pedagogia pela UFAC, Especialização em Alfabetização e Letramento pela PUC/MG, mestrado e doutorado em educação pela UFRN, pós-doc na Cátedra Paulo Freire da UFPE. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação – GEPEd/UFAC. E-mail: aldecyrcs@gmail.com.

² Lei nº 12.612 de 13 de abril de 2012, Ato da Presidenta Dilma Rousseff.

³ Educação e atualidade brasileira.



concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco”, Freire (2003, p. 1), propôs uma visão pedagógica que ultrapassava o mero ato de ensinar, defendendo a educação como processo dialógico e político de construção da consciência crítica.

No contexto global marcado por desigualdades sociais, exclusão e fragilidade democrática, revisitar o pensamento freireano é reafirmar a urgência da educação libertadora. A “inexperiência democrática” a que o autor se refere continua visível nas práticas autoritárias e nas dificuldades de participação popular efetiva. Assim, refletir sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire é compreender que a educação, enquanto instrumento de conscientização, permanece essencial para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

A EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO PRINCÍPIO TRANSFORMADOR

A proposta freireana de educação libertadora nasce de uma concepção antropológica e política do ser humano como sujeito histórico. Isso implica diretamente diversas compreensões interligadas: a visão dialógica e coletiva do ser humano, a valorização da partilha e da solidariedade, bem como a comunhão entre pensamento e ação.

Inicialmente Freire (2003, p. 25), destaca as raízes da “inexperiência democrática” no Brasil. A formação histórica do Brasil se desenvolveu em condições desfavoráveis à constituição de uma cultura democrática. O país nasceu e cresceu sob um regime de colonização, voltado essencialmente para a exploração econômica e para o atendimento dos interesses das metrópoles europeias. Essa estrutura social e produtiva, fundada na lógica do grande domínio e do trabalho compulsório, gerou uma sociedade marcada pela desigualdade, pela ausência de diálogo e pela passividade política das camadas populares.

Essa realidade histórica produziu o que Paulo Freire, em sua tese *Educação e Atualidade Brasileira* defendida em 1959, denominou de “inexperiência democrática”, uma condição que traduz a distância do homem em relação à coisa pública e o desconhecimento dos mecanismos da autonomia. A ausência de práticas participativas e de vivência comunitária consolidou um modelo de relações sociais verticalizadas, em que o poder é concebido como privilégio e não como expressão do coletivo. A estrutura colonial, portanto, não apenas configurou a economia e a política, mas também instaurou



uma mentalidade dependente e tutelada, caracterizada por um constante apelo ao protecionismo e ao paternalismo.

Freire identifica nessa formação histórica a base de um baixo nível de consciência social, predominando uma “consciência intransitiva”, alheia à realidade, ou uma “transitividade ingênua”, suscetível à manipulação e ao conformismo. Tais níveis de consciência expressam uma incapacidade de compreensão crítica das estruturas de poder e dos mecanismos de dominação. A “inexperiência democrática”, assim, não se reduz à ausência de instituições livres, mas representa uma limitação cultural e educativa: o homem brasileiro, privado de experiências autênticas de participação, não desenvolveu os instrumentos de diálogo e reflexão necessários ao exercício da autonomia.

A democracia, adverte Freire, não é uma simples teoria política, mas um “clima cultural”, uma forma de convivência social que se enraíza na prática cotidiana do diálogo e na construção coletiva de significados. A carência dessa vivência no percurso histórico nacional explica a persistência de posturas autoritárias e a dificuldade de consolidar uma cidadania ativa e consciente. Sem uma organicidade educativa que promova a formação crítica e a participação, a sociedade tende a reproduzir o ciclo da dependência e da passividade.

Desse modo, compreender as raízes da “inexperiência democrática” brasileira é reconhecer que a nossa história se constituiu à margem da experiência cívica. A tarefa de superá-la exige mais do que reformas institucionais: requer a reconstrução de uma cultura do diálogo e da corresponsabilidade, capaz de transformar o homem de espectador em sujeito de sua própria história.

Na tese, Freire se debruça também, sobre o processo educativo e a superação da antinomia democrática. A compreensão freireana da realidade brasileira, parte da constatação de que o país vive uma tensão entre duas forças históricas opostas: de um lado, a “inexperiência democrática”, marcada pela passividade e pelo paternalismo herdados da formação colonial; de outro, a “emersão do povo na vida pública nacional”, decorrente das transformações sociais e econômicas do século XX, sobretudo da industrialização e da urbanização acelerada. Essa contradição constitui o que Freire denomina de “antinomia fundamental” da sociedade brasileira, ou seja, um descompasso entre o despertar social das massas e a ausência de maturidade democrática capaz de orientar esse despertar de forma consciente e transformadora.

Segundo Freire (2003), a superação dessa antinomia exige uma reforma do processo educativo, entendido não apenas como instrução formal, mas como prática



social formadora de consciência. A educação deve deixar de ser mera transmissão de ideias e conteúdos e converter-se em um ato de comunicação e participação coletiva. Enquanto o ensino permanecer centrado na verbalização e na passividade, dialoga-se pouco; fala-se à turma, mas raramente com ela. Nesse formato, a escola continuará a reproduzir o mesmo padrão de autoritarismo e dependência que caracteriza as relações sociais mais amplas.

A alternativa proposta por Freire (2003) consiste na constituição de uma educação dialógica, enraizada na comunidade e comprometida com a realidade histórica dos educandos. Isso implica que a escola se torne espaço de deliberação coletiva, onde professores, estudantes e famílias compartilham responsabilidades e saberes. Ao substituir a verticalidade da instrução pela horizontalidade do diálogo, a educação passa a cumprir sua função política essencial: formar pessoas solidárias, críticas e socialmente implicadas.

A formação dos futuros educadores, nesse contexto, adquire papel estratégico. Freire defende que os mestres devem possuir alto senso de responsabilidade profissional e social, conscientes de que o ato de educar é também um ato de intervenção cultural. O educador, ao promover a reflexão e a problematização da realidade, ajuda o educando a transitar de uma “consciência ingênua” para uma “consciência transitivo-crítica”, caracterizada pela capacidade de interpretar os fenômenos sociais em profundidade e de agir para transformá-los. Ou seja:

Essa consciência transitiva é, porém, num primeiro estágio, predominantemente ingênua. Num segundo, predominantemente crítica. A transitividade ingênua, fase em que nos encontramos, com tintas mais fortes aqui, menos ali, se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas. Pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado. Pela transferência de responsabilidade e de autoridade, em vez de sua delegação apenas. Pela subestimação do homem comum. Por sua forte inclinação ao ‘gregarismo’ característico da massificação. Pela impermeabilidade à investigação, a que corresponde um gosto acentuado pelas explicações fabulosas. Pela fragilidade da argumentação. Por forte teor de emocionalidade. Pela desconfiança de tudo o que é novo. Pelo gosto não apropriado do debate, mas da polêmica. Pelas explicações mágicas. Pela tendência ao conformismo. (Freire, 2003, p. 32-34).

Observa-se a reflexão freireana sobre o processo histórico de formação da consciência no contexto brasileiro. Ao caracterizar a “consciência transitiva”, estágio em que o homem começa a se abrir ao diálogo com a realidade social, Freire distingue dois momentos: o predominantemente ingênuo e o predominantemente crítico. Essa distinção,



embora aparentemente gradual, traduz uma ruptura qualitativa na forma de compreender e interagir com o mundo.

A transitividade ingênua, que Freire identifica como a fase predominante na sociedade brasileira, representa um momento de transição entre a alienação (intransitividade) e a criticidade. Trata-se de um nível de consciência em que o indivíduo começa a perceber os problemas sociais, mas ainda os interpreta de modo superficial, simplista e emocional. A análise de Freire evidencia que essa etapa é marcada por resíduos de mentalidade autoritária e dependente, que impedem a consolidação de uma postura democrática e participativa.

A simplicidade na interpretação dos problemas, a nostalgia do passado, a transferência de responsabilidade, o gregarismo e a desconfiança do novo, traduz dimensões de uma cultura política imatura, moldada por séculos de tutela e paternalismo. Quando o indivíduo transfere responsabilidade em vez de delegá-la conscientemente, ele revela uma estrutura mental habituada à obediência e ao comando externo. Do mesmo modo, o “gosto pela polêmica” e o “teor de emocionalidade” apontam para uma prática discursiva que substitui o diálogo racional pelo confronto impulsivo, característico de sociedades que ainda não desenvolveram plenamente a ética do debate democrático.

A referência de Freire à “impermeabilidade à investigação” e à “preferência por explicações fabulosas” ilustra a resistência cultural ao pensamento crítico e à análise racional da realidade. Essa atitude epistemológica traduz-se, no plano político, na facilidade de manipulação das massas, que tendem a aceitar discursos simplificadores, personalistas e míticos, em detrimento da compreensão estrutural dos problemas sociais. Assim, a transitividade ingênua, embora represente um avanço em relação à apatia intransitiva, permanece vulnerável à massificação e à ideologização, fenômenos que bloqueiam a emergência de uma consciência verdadeiramente crítica.

Freire, ao descrever esse quadro, não o faz em tom de pessimismo, mas de diagnóstico histórico-pedagógico. A “transitividade ingênua” é vista como uma etapa necessária, um ponto de passagem no processo de conscientização. No entanto, ela exige mediação educativa que promova o questionamento, a problematização e a reflexão coletiva. É por meio do diálogo e da práxis, entendida como ação e reflexão transformadoras, que o homem pode superar o conformismo e alcançar o estágio da “transitividade crítica”, em que se torna uma pessoa autônoma.

Em síntese, observa-se que a “transitividade ingênua” é o espelho da nossa “inexperiência democrática”: nela, o homem inicia o movimento de abertura ao mundo,



mas ainda não conquista a profundidade analítica e o compromisso ético que sustentam a verdadeira participação democrática. A educação, nesse contexto, assume papel central, é ela que deve transformar a curiosidade ingênua em curiosidade epistemológica, substituindo o senso comum pela consciência crítica e o hábito da obediência pela prática da liberdade.

O autor tece, ainda, argumentos sobre a consciência crítica e o horizonte democrático, ou seja, o problema da consciência é compreendido como o modo pelo qual o homem se relaciona com a realidade e nela atua. A construção da democracia, para Freire, depende diretamente da qualidade dessa consciência, uma vez que a participação política e o exercício da autonomia seguem a capacidade de compreender criticamente o mundo e intervir nele. Assim, a “inexperiência democrática” brasileira é, antes de tudo, uma expressão da imaturidade da consciência social, uma consciência que, historicamente, tem oscilado entre a alienação e a ingenuidade.

Freire (2003) identifica três níveis fundamentais de consciência: a “consciência intransitiva”, a “consciência transitivo-ingênua” e a “consciência transitivo-crítica”. A “consciência intransitiva” caracteriza-se pela incapacidade de perceber as relações entre os fatos e suas causas profundas; nela, o indivíduo vive alheio ao contexto social, reduzido ao imediato e ao instintivo. Esse estágio corresponde a uma postura de apatia e passividade, típica de sociedades em que predominam o autoritarismo, o paternalismo e a ausência de diálogo. É, portanto, o nível mais distante da experiência democrática.

O segundo nível, o da “consciência transitivo-ingênua”, surge quando o homem começa a interessar-se pelos problemas da coletividade, mas o faz de forma superficial. A “consciência transitivo-ingênua” caracteriza-se pela fragilidade da argumentação, pela tendência ao simplismo explicativo e pela facilidade de manipulação ideológica. Nessa etapa, há um despertar da curiosidade social, porém sem a profundidade analítica necessária à autonomia. O indivíduo busca compreender, mas ainda se deixa conduzir por discursos prontos e por soluções aparentes, o que explica a permanência de práticas populistas e a oscilação entre o entusiasmo e o conformismo. A superação desse estágio conduz à “consciência transitivo-crítica”, nível mais elevado de desenvolvimento da consciência social. Nela, o homem alcança uma compreensão mais elaborada e dinâmica da realidade, reconhecendo as contradições estruturais que a compõem e assumindo-se como sujeito histórico capaz de transformá-las. Essa consciência não se dá de modo espontâneo: requer trabalho educativo sistemático, reflexão dialógica e prática social. É



por meio da educação que o indivíduo aprende a pensar criticamente, a argumentar com rigor e a participar de modo responsável nas decisões coletivas.

Adverte Freire (2003) que o processo de passagem da “transitividade ingênua” para a “transitividade crítica” não é linear nem garantido. O mesmo movimento de massificação social, se não for acompanhado por uma educação libertadora, pode conduzir à fanatização. Melhor dizendo: a uma forma de consciência distorcida e manipulada, em que o homem deixa de refletir e passa a repetir *slogans* e crenças impostas. Nesse sentido, a formação da consciência crítica constitui também um ato de resistência cultural, que se opõe à massificação e à alienação promovidas por estruturas de poder autoritárias.

A consciência crítica representa, portanto, o horizonte da maturidade democrática. Somente um povo dotado dessa consciência pode construir instituições sólidas e uma cultura política participativa. A democracia, em sua plenitude, não se reduz à existência de mecanismos eleitorais ou normativos; ela exige a presença de sujeitos críticos, dialogantes e solidários, capazes de pensar o bem comum e agir em favor dele. A educação, nesse quadro, é o meio privilegiado de transição entre a inexperiência e a vivência democrática, entre o homem que apenas sofre a história e aquele que a escreve.

Ao propor esse itinerário de conscientização, Freire (2003) oferece uma pedagogia do amadurecimento cívico, cujo fim último é a humanização do homem brasileiro. A conquista da consciência “transitivo-crítica” não é apenas um objetivo educacional, mas uma exigência histórica: sem ela, a democracia permanece incompleta, reduzida a formalidade institucional; com ela, transforma-se em modo de vida, sustentado pelo diálogo, pela responsabilidade e pela participação criadora.

Rompe-se, assim, com a ideia de que a educação, ou a emancipação, pode ser um ato unilateral. Ninguém “salva” ou “ensina” o outro de forma isolada; ambos aprendem e se transformam juntos. Relação que é provocada por técnicas pedagógicas que Freire (2003, p.115-116) destaca no (Anexo 1) de sua tese. Trata-se de um relato sobre a experiência pedagógica realizada na zona paroquial de Casa Amarela, no Recife, envolvendo escola, família e comunidade. Nessa relação Freire destaca a intimidade, muito característico de seu pensamento, no sentido de proximidade dialógica e de corresponsabilidade.

De (A à H) Freire vai integrar elementos constitutivos das unidades pedagógicas:

a) Integração entre a escola e a comunidade. Assim, busca despertar nas escolas uma maior atenção aos acontecimentos locais e promover uma íntima relação com a



comunidade, favorecendo a participação social e cidadã; b) Consciência crítica e trabalho coletivo. Nesta perspectiva a proposta do trabalho coletivo entre as escolas visa à consciência crítica do trabalho comum, combatendo a espontaneidade e o isolamento que impede avanços pedagógicos; c) Formação de educadores. Neste item destaca-se a necessidade de formar o corpo docente para a nova postura da escola, inserida no papel social e comunitário mais amplo; d) Relação escola e família. Enfatiza-se a intimidade entre essas duas instituições que favorece hábitos democráticos, por tanto, coparticipativos, de respeito e dialogicidade; e) Assistência ao aluno com base na comunidade. O objetivo é identificar a escola com a comunidade permitindo criar melhores meios de assistência ao aluno, reconhecendo o papel social da escola; f) Centros de comunidade. Objetiva-se transformar as escolas em centro irradiadores de comunidade, de modo que outras instituições orbitassem ao seu redor; g) Associações entre famílias e escolas. Freire propõe a criação de associações entre escola e famílias, sediadas na escola, para solucionar coletivamente os problemas educacionais, promovendo o espírito democrático e colaborativo; h) Fortalecimento das associações. Para Freire, as associações familiares seriam porta de entrada para o envolvimento em outras agências sociais e o poder público, ampliando a inserção da escola na vida social.

Para isso Freire (2003, p. 116) lança mão de técnicas como: “A conversa; O grupo de estudo; O grupo de ação; O fórum; O grupo de debate; A carta temário”. Essa experiência em Casa Amarela é exemplo concreto de como Paulo Freire transformava seus princípios teóricos em ações pedagógicas reais num movimento de educação popular voltado à emancipação social das pessoas.

Neste anexo se observa o testemunho de que, para Paulo Freire, a educação não se resume à sala de aula, mas é um ato político, inserido na realidade social. Ele propõe uma escola ativa, integrada à comunidade, onde o saber é construído coletivamente e onde o educador deixa de ser uma mero transmissor de conteúdo para se transformar em mediador e provocador do diálogo e da construção da conscientização. A articulação entre os diversos setores, como escolas, universidades, igrejas, poder público e comunidades locais, mostra-se fundamental para a construção de projetos educativos voltados à emancipação social das pessoas.

A noção de “inexperiência democrática”, desenvolvida por Freire (2003), remete à ausência histórica de práticas participativas em sociedades marcadas por autoritarismo e exclusão social. O autor destaca que a construção da democracia não se realiza de forma isolada, mas mediante a interação entre trabalhadores, escolas, sindicatos, empresas e



associações comunitárias. A democracia, portanto, não é um estado, mas um processo educativo que exige a formação de sujeitos críticos e participativos.

Observa-se que a educação tem papel essencial na superação dessa in experiência, pois permite às classes populares compreenderem sua realidade e exercerem plenamente seus direitos e deveres. A prática educativa crítica forma cidadãos capazes de questionar, propor e transformar. Nessa perspectiva, o diálogo se torna ferramenta de formação política, e o espaço escolar, um microcosmo da sociedade democrática. O diálogo ocupa lugar central no pensamento de Paulo Freire. Ele é, simultaneamente, método, atitude e princípio ético. Desse modo,

O que importa é que a escola de nossa atualidade eduque seu aluno e suas famílias no sentido da responsabilidade social e política, de que somos tão carentes ainda. Responsabilidade que só se ganha vivendo. Que só se obtém inserido em projetos onde ela seja experimentada. O que importa é que a escola de nossas atualidades, permeável e flexível, fazendo-se centro comunitário, exercite os grupos em torno dela existente, na análise crítica da problemática local, regional e nacional. (Freire, 2003, p. 96).

Esse encontro pressupõe a escuta ativa e o reconhecimento do outro como sujeito de saber. A escola que não estuda o saber local e as condições sociais de sua atualidade é, entre outros aspectos “[...] desatualizada, ineficiente e inorgânica” Freire, (2003, p. 96), por isso mesmo, “antidemocrática”.

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO FREIREANO NO SÉCULO XXI

No século XXI, as transformações tecnológicas, a globalização e as novas formas de desigualdade social colocam desafios inéditos à educação. A pandemia de COVID-19 evidenciou as profundas disparidades no acesso ao conhecimento e às ferramentas digitais, reforçando a importância de uma pedagogia crítica e inclusiva. Nesse cenário, o pensamento freireano mostra-se extraordinariamente atual.

Freire antecipou questões que hoje se apresentam de forma aguda: a necessidade de democratizar o acesso à informação, de combater a alienação tecnológica e de promover o diálogo intercultural. Sua defesa da educação como prática de liberdade ressoa diante das tentativas de homogeneização cultural e de controle ideológico presentes na sociedade contemporânea.

A pedagogia freireana inspira movimentos sociais, práticas de educação popular e políticas públicas voltadas à equidade. Sua ênfase na consciência crítica e na



participação social contribui para enfrentar o desinteresse cívico e a apatia política que ameaçam as democracias atuais. Assim, a herança de Paulo Freire não se limita a um período histórico; ela constitui um projeto ético-político de futuro.

A análise da atualidade do pensamento de Paulo Freire revela que sua pedagogia libertadora continua sendo uma resposta potente aos desafios contemporâneos da educação. Sua visão de educação como prática de liberdade, diálogo e transformação social transcende fronteiras e épocas, oferecendo fundamentos sólidos para uma pedagogia crítica comprometida com a dignidade humana.

A “inexperiência democrática” diagnosticada por Freire persiste sob novas formas, mas também se abre à superação por meio da educação crítica e participativa. O diálogo e a escuta, elementos centrais de sua proposta, constituem caminhos indispensáveis para uma comunicação autêntica e para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Portanto, reafirma-se que o legado freireano permanece essencial para pensar uma educação que não apenas instrui, mas forma cidadãos conscientes, solidários e capazes de transformar e preservar a natureza e, por consequência, o mundo. O século XXI exige educadores que compreendam o ensino como ato político e libertador, e nisso, Paulo Freire continua a ser farol e inspiração. A leitura de Paulo Freire é essencial para educadores, gestores, pesquisadores que buscam caminhos mais justos, participativos e humanizados para todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da “inexperiência democrática” brasileira, desenvolvida a partir da leitura de *Educação e Atualidade Brasileira* de Paulo Freire, permite compreender que o déficit democrático do país não se reduz a uma questão institucional ou meramente política. Trata-se de um fenômeno histórico e cultural enraizado nas origens da sociedade brasileira, cuja formação colonial instaurou um modelo de relações sociais marcado pelo autoritarismo, pela dependência e pela ausência de vivência comunitária. A colonização, voltada à exploração econômica imediata, consolidou um padrão de sociabilidade que inibiu o desenvolvimento da consciência pública e do sentimento de pertencimento à coisa comum.

O homem brasileiro, afastado do diálogo e da deliberação, internalizou uma postura de submissão e conformismo que se traduz na “inexperiência democrática”. O



déficit de participação e de senso comunitário, portanto, é resultado de uma longa tradição de exclusão cultural e política.

A superação dessa herança requer uma reforma educativa, concebida como processo de conscientização e prática social transformadora. A educação deve deixar de ser mera transmissão de conteúdos para assumir-se como ato comunicativo, de escuta e de diálogo, capaz de integrar a escola à vida da comunidade e de formar pessoas solidárias e críticas. A democratização da cultura escolar, o currículo plástico e a valorização da deliberação coletiva constituem instrumentos fundamentais para instaurar o que Freire denomina de clima cultural democrático, ou seja, um ambiente no qual o diálogo substitui a imposição e o pensamento crítico substitui a repetição mecânica.

A educação é também o caminho pelo qual o homem pode ascender da “consciência intransitiva” e “transitivo-ingênua” à “consciência transitivo-crítica”. Essa transição representa o amadurecimento ético e intelectual necessário à cidadania plena. Formar uma consciência crítica significa dotar o indivíduo da capacidade de compreender as contradições sociais e agir intencionalmente para transformá-las. Nesse sentido, a educação é, para Freire, a via privilegiada da humanização, pois conduz o homem à sua transcendência, da condição de espectador passivo à de sujeito da história.

A democracia, para Freire (2003), não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada: o resultado de um longo processo de formação cultural e educativa que exige a reconstrução do tecido comunitário e a afirmação da autonomia individual e coletiva. Superar a “inexperiência democrática”, portanto, implica reconstruir o Brasil a partir de uma nova consciência: crítica, solidária e criadora. O desafio freiriano permanece atual pois entendemos ser necessário transformar a educação em prática de liberdade e a democracia em experiência viva, sustentada pela palavra compartilhada, pela escuta recíproca e pela permanente busca do bem comum.

REFERENCIAL TEÓRICO

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

